

Política econômica Idéia é reduzir o desemprego, afirma organizador

“Manifesto” economia. Brasil elimina troca de superávit por déficit

Francisco Góes
Do Rio

O manifesto “A Agenda Interditada”, documento divulgado ontem por 300 economistas que pede mudanças na política econômica do governo Lula, excluiu a hipótese de o governo federal transformar o superávit primário em déficit, conforme constava em sua versão preliminar.

O fato poderia vir a ser interpretado como um recuo dos economistas, mas não o é, pois segundo um dos seus mentores, José Carlos de Assis, a idéia é admitir até um déficit fiscal primário para reduzir o desemprego. A seu ver, o país tem hoje uma taxa de desemprego (12% segundo o IBGE) “de períodos de grande depressão”.

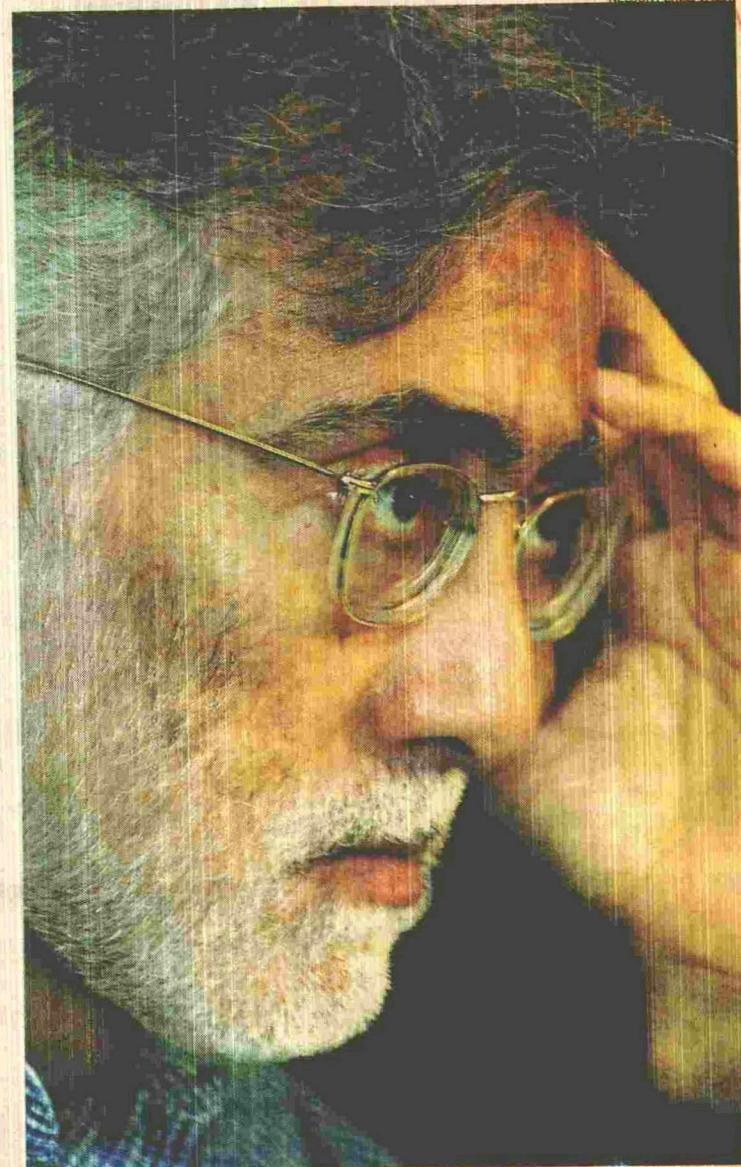
O manifesto, assinado inclusive por funcionários e colaboradores do BNDES, sugere uma série de medidas polêmicas, e pretende acabar, via mobilização da opinião pública, com o que denomina de “interdição” do debate econômico. O objetivo do documento (que não será encaminhado diretamente ao governo) é obter apoio da sociedade e conseguir que a cúpula da administração federal acolha suas idéias,

já criticadas pelo presidente do PT, José Genoíno.

Ontem, na apresentação da proposta, no Conselho Regional de Economistas, do Rio, o economista Reinaldo Gonçalves, um dos líderes do movimento, avaliou que a economia brasileira “já está num quadro recessivo”, o que contraria diagnóstico do ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho. No fim de semana, Palocci negou que a economia esteja em recessão.

“Deixa eu explicar uma coisa para o Palocci: o PIB é um agregado macroeconômico e o que está sustentando o crescimento do primeiro trimestre (2% ante igual período do ano passado) é a queda das importações e o aumento das exportações. Agora se olharmos o consumo, os investimentos e os gastos públicos veremos que estão despencando, o que mostra que, pelo lado da absorção interna da economia, estamos em profunda recessão”, ironizou Gonçalves.

Ele apresentou nota dos presidentes dos conselhos regionais de economia e dos conselheiros do Conselho Federal de Economia (Cofecon), que se soma à crítica do grupo de 300 economistas signatários da “Agenda Interditada”.



O economista Reinaldo Gonçalves: “já está num quadro recessivo”

O documento dos economistas sugere um conjunto de sete medidas, incluindo controle do fluxo de capitais externos e administração do câmbio e redução do superávit primário “pelo aumento responsável do dispêndio público”.

Assis explicou que a retirada do texto da frase que admitia a eliminação gradual do superávit primário teve o objetivo de simplificar a apresentação do texto, que propõe uma política de regras pactuada para controle da inflação. O mecanismo, adotado no pós-Guerra na Europa, consiste em combinar com os sindicatos

aumentos salariais anuais limitados à produtividade. Segundo Assis, muita gente se pergunta o que vai acontecer com a inflação caso se reduza o superávit primário e os juros. Sua resposta: nada. “Para os setores com capacidade ociosa, aumento de demanda não representa aumento de preço”.

A questão do juro é enfocada no manifesto. Para Paulo Passarinho, coordenador-geral do Sindicato dos Economistas do Rio, “as medidas requeridas da área econômica do governo são mais complexas do que sinalizar com a redução de meio ponto percentual na taxa básica de juros”.